

Desafios da educação especial

Marilene Ribeiro dos Santos

Os responsáveis pela elaboração de políticas e diretrizes educacionais possuem pela frente a tarefa de responder com competência aos grandes desafios impostos pelas transformações sociais, econômicas e políticas vividas pela humanidade nesta virada de milênio. No campo da educação especial, muito mais do que propiciar a integração do aluno portador de deficiência no ensino regular como prática possível, existe a meta de contribuir para a transformação de uma sociedade excluente e preconceituosa em nova sociedade onde todos exercitem a cidadania indiferente aos atributos individuais.

Novos paradigmas estão norteando o comportamento humano. O rápido desenvolvimento das comunicações em todo o planeta é responsável por fenômenos notáveis, como a difusão instantânea de acontecimentos entre os povos. Isso tem contribuído sobremaneira para a compreensão de que a Terra é a morada de todos nós, tornando-nos condôminos cujos interesses não se esgotam dentro de nossas fronteiras nacionais, mas se estendem à imensa variedade de biomas existentes. O princípio essencial da vida tornou-se a biodiversidade.

Desse entendimento emerge nova ética e, em consequência, nova

política. Um dos maiores desafios da globalização econômica, que, por sua vez, é a evidência mais palpável da afirmação capitalista, é a exigência da adoção de determinadas posturas que venham a atender as expectativas da nova ordem internacional na busca de uma sociedade cada vez mais humanizada. Nesse sentido, as questões atinentes à formação educacional correspondem a moeda corrente internacional há décadas, estando ainda mais dimensinada diante dos avanços tecnológicos das telecomunicações.

O Ministério da Educação e dos Desportos, por meio da Secretaria de Educação Especial, dá um importante passo no sentido de ampliar as discussões e a troca de experiências quanto à educação inclusiva e democrática do aluno portador de deficiência. Estamos falando do III Congresso Ibero-

Deixamos para trás o conceito de democracia representativa, no qual os eleitos respondiam pelos seus eleitores e já ingressamos no processo de democracia participativa

Americano de Educação Especial, que vai ocorrer entre os dias 4 e 7 de novembro, em Foz do Iguaçu, no Paraná. Nossa expectativa é atingir um número superior a mil pessoas, entre participantes, especialistas e palestrantes vindos de

mais de vinte países, que estarão com o ponto focal voltado para o tema "Diversidade na Educação: Desafio para o Novo Milênio".

No Brasil, apesar de todos os estados desenvolverem programas de educação especial em salas de aula regular, ainda se faz necessário o investimento na capacitação da escola e dos professores para receber esses alunos. Atualmente 340 mil alunos

portadores de necessidades especiais são atendidos nas escolas públicas e vale ressaltar o fato de que o governo só conseguiu atingir esse número de matrículas graças ao trabalho que a Secretaria de Edu-

cação Especial vem realizando junto aos estados e municípios bem como a uma campanha de incentivo lançada no início de 1997, que contou com a participação de expoentes da sociedade artística como Renato Aragão e Daniela Mercury.

A despeito de a legislação brasileira defender a educação especial só para portadores de deficiências, de altas habilidades e de problemas de conduta, especialistas apontam para a necessidade de ampliar essa visão tradicional, dando lugar à diversidade, o que significa, na prática, integração e aprendizagem, atendendo às necessidades de cada um. Nesse sentido, as adequações e inovações de posturas, diretrizes e práticas serão profundamente discutidas no III Congresso Ibero-Americanano de Educação Especial, quando todos os aspectos teóricos, filosóficos axiológicos e legais que sustentam esse trabalho serão abordados. Nossa propósito é forçar uma visão dialética para que o produto desse grande evento se constitua forte agente de transformação social.

Vale lembrar o fato de que deixamos para trás o conceito de democracia representativa, no qual os eleitos respondiam pelos seus eleitores e já ingressamos no processo de democracia participativa. Embo-

ra este seja um novo modelo entre os brasileiros, a participação na discussão de propostas no Executivo ou no Legislativo pressupõe a conscientização dos variados setores da sociedade organizada para que exerçam pressão legítima e democrática sobre as autoridades do governo ou parlamentares.

No III Congresso Ibero-Americanano de Educação Especial seremos elos de uma grande e forte corrente cujo compromisso maior é melhorar, mediante fornecimento de educação adequada, a qualidade de vida dos povos para que possamos ultrapassar, com êxito, a competitividade excessiva anunciada para o Terceiro Milênio. Nossa desejo é que, em um futuro próximo, a atenção à diversidade se constitua compromisso com a justiça, ou seja, com o direito de todos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização. O conceito de justiça deve ir além da dimensão legal. Deve incluir a dimensão ética, que inclui igualdade e eqüidade.

Fazer justiça é considerar a diversidade, pois o critério da eqüidade restabelece a igualdade, respeitando a diferença.

■ Marilene Ribeiro dos Santos é secretária de Educação Especial do MEC